

Atribuição BB CY 4.0

A ACADEVI E SUA PARTICIPAÇÃO NA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR

Eliane Novak¹
Lucia Terezinha Zanato Tureck²

Resumo

Pessoas com deficiência visual foram consideradas fora de padrões sociais históricos e a sociedade atual é responsável por manter a concepção conservadora e incoerente que perpassa a educação e entrava a política de educação inclusiva. Este estudo reflete sobre a participação da ACADEVI (Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual), como movimento social, na educação de pessoas com deficiência visual no ensino superior, em Cascavel e Toledo (PR), de 2000 a 2020, pois ela contribui na formação humana e social dos associados, na luta por direitos conquistados e ampliação da participação em espaços sociais. O materialismo histórico-dialético embasa a pesquisa; o conceito da supercompensação a ser alcançada pela pessoa com deficiência, possibilitando autonomia e validade social advém da Psicologia Histórico-Cultural. A metodologia contempla revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Os resultados indicam condições alcançadas no espaço acadêmico; demonstram que as pessoas com deficiência visual acessam e cursam o ensino

¹ Mestre em Educação pela Unioeste, Cascavel, Paraná. Membro da ACADEVI. E-mail: elianemestradoeducacao@gmail.com

² Doutora em Letras pela UFBA, Salvador, Bahia. Professora associada da Unioeste, no Programa de Pós-Graduação em Educação e Curso de Pedagogia, campus de Cascavel, Paraná. E-mail: lutureck@gmail.com

superior por mobilizações coletivas, fator que influencia as instituições, ainda que falte muito de acessibilidade.

Palavras-chave

Deficiência visual; movimento social; educação inclusiva; ensino superior.

Recebido em: 20/02/2023
Aprovado em: 01/06/2023

195

ACADEVI AND ITS PARTICIPATION IN THE EDUCATION OF PEOPLE WITH VISUAL DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION

Abstract

Visually impaired people were considered outside historical social standards and current society is responsible for maintaining the conservative and inconsistent conception that permeates education and hinders inclusive education policy. This study aims to reflect on the participation of ACADEVI (Cascavelense Association of Visually Impaired People), as a social movement, in the education of visually impaired people in higher education, in Cascavel and Toledo (PR), from 2000 to 2020, contributes to the human and social formation of its associates, in the struggle for conquered rights and expansion of participation in social spaces. Historical materialism - dialectic bases the research; the concept of overcompensation to be achieved by people with disabilities, enabling autonomy and social validity, comes from Historical-Cultural Psychology. The methodology includes a bibliographic review, document analysis and field research. The results indicate conditions reached in the academic space; demonstrate that visually impaired people access and attend higher education through collective mobilizations, a factor that influences institutions, even though accessibility is very lacking.

196

Keywords

Visual impairment; social movement; inclusive education; University education.

INTRODUÇÃO

Concepções errôneas na história, que se cristalizam na sociedade, exigem enfrentamento para serem vencidas. Assim tem sido com as pessoas com deficiência na luta pelo reconhecimento de sua humanidade e de seus direitos à educação e ao trabalho.

Este estudo, decorrente de dissertação de mestrado em educação, busca evidenciar como pessoas com deficiência visual exercem seu direito à educação com a inclusão no ensino superior e como elas permanecem nos cursos e os concluem com êxito, abordando uma análise das condições que esses acadêmicos enfrentam e de como os docentes se organizam em relação ao processo de ensino, aos materiais pedagógicos e aos demais recursos utilizados em sala de aula, à avaliação pedagógica, sem deixar de pensar na educação dos trabalhadores, que apesar de terem conquistado o direito de estar nas escolas e universidades através de muitas lutas, ainda enfrentam várias barreiras sociais, econômicas e institucionais.

No século XIX, o filósofo Karl Marx (1984) já afirmara que a sociedade capitalista é regida por poucos que possuem as grandes riquezas, assim deixando de lado os trabalhadores que são explorados cada vez mais e ficam sem condições de obter uma educação plena, com conhecimentos científicos. Essa realidade pesa para população pelas condições concretas de vida e luta pela sobrevivência. Em relação aos indivíduos com deficiência, há um contexto histórico que ainda persiste, de certa forma, como expõe Silveira Bueno (1993):

Aos cegos e surdos pobres se reservava trabalho manual imbecilizado, um arremedo de salário, quando muito, ou senão um catre e um prato de comida.

Os que não tiveram o infortúnio de nascerem pobres, marca muito mais significativa do que a surdez e a cegueira, apesar de sofrerem limitações impostas por suas deficiências, puderam, contudo, usufruir da vida familiar e da riqueza produzida. (SILVEIRA BUENO, 1993, p. 70).

Na sociedade capitalista, as pessoas que não possuem poder e riquezas devem ter o conhecimento mínimo para que possam ser explorados nas indústrias e outras produções, desejadas como mão de obra literalmente, aumentando cada vez mais o lucro, havendo condições ínfimas para a classe

trabalhadora sobreviver. Essas afirmações podem ser relacionadas com os acontecimentos atuais não somente nas fábricas, mas também na educação.

As pessoas com deficiência ainda são minoria entre os alunos do ensino superior, porém em Cascavel e Toledo (PR) houve um crescimento de aprovados nos concursos vestibulares desde o final da década de 1990, o que permite refletir e analisar como uma entidade de luta e defesa de direitos pode contribuir para os avanços acontecerem e quais as condições de acesso, permanência e conclusão de cursos por esses sujeitos na universidade.

Diante desse contexto, recorre-se a Vigotski (2019), a respeito das pessoas acometidas com o defeito da visão, ao descrever a possibilidade de sua superação, com destaque para a linguagem:

[...] o cego como personalidade, como uma unidade social [...] tem a linguagem e, junto com ela, a possibilidade da validade social. Desse modo, a *leitlínea* na psicologia do homem cego está dirigida à superação do defeito por meio de sua compensação social, por meio do conhecimento da experiência dos videntes, por meio da linguagem. A palavra vence a cegueira. (VIGOTSKI, 2019, p. 153).

Renomado teórico da educação do início do século XX, Vigotski enfatizava a relevância de a própria pessoa com deficiência visual posicionar-se através da linguagem, mas para o quê fazem-se necessárias condições de aprendizagem e desenvolvimento; uma das formas é proporcionar o acesso aos conhecimentos científicos, historicamente produzidos pela humanidade, e as condições sociais e econômicas para tornar possível tal aquisição.

Quanto ao ensino superior, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste é uma referência de ensino público na região, também em relação à inclusão de pessoas com deficiência em diversos cursos, na inserção no trabalho, e com especificidades como cegueira, surdez, paralisia cerebral, tetraplegia, transtornos funcionais, como dislexia, TDAH (IACONO et al, 2014).

A Unioeste, desde os meados da década de 1990, em conjunto com a ACADEVI, vem intensificando ações para as pessoas com deficiência, elas que fazem parte do processo como protagonistas, buscando sua inclusão educacional e social. Portanto, importa apresentar a ACADEVI como movimento social de pessoas cegas e visão reduzida, analisando sua trajetória e as relações com as lutas do segmento pelos seus direitos e autonomia.

A ACADEVI E SUA ATUAÇÃO

Dentre os primeiros serviços educacionais de apoio às pessoas com deficiência na perspectiva de sua inclusão escolar, foram criados os Centros de Atendimento Especializado, no Paraná, através dos quais jovens e adultos com deficiência que não frequentavam escolas aproximaram-se da possibilidade da escolarização.

Quanto às pessoas com deficiência visual, sua organização enquanto movimento social em Cascavel, possui estreita ligação com a educação, como descreve Tureck (2003):

Com a criação do primeiro Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Visuais (CAEDV), em 1987, iniciou-se uma mobilização pela identificação e encaminhamento de crianças e jovens com deficiência visual às escolas. Um grupo de professoras tomou a iniciativa de convidar a comunidade a participar da educação dos cegos e fundaram a APADEVI de Cascavel, não com o objetivo de implantar programas educacionais, mas de aproximar os pais.

Com a participação de jovens e adultos cegos, o debate sobre a condução dos interesses e a luta pela concretização dos direitos dos indivíduos cegos provocou um movimento que culminou com a alteração do caráter da associação, manifesto desde a mudança do nome: Associação Cascavelense de Deficientes Visuais (ACADEVI), uma entidade de defesa de direitos e integra o Fórum Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, criado em dezembro de 1995, em Cascavel. (TURECK, 2003, p. 49).

A ACADEVI atua, portanto, desde a década de 1990 na luta e defesa dos direitos e garantia da pessoa com deficiência visual participar na família, na educação, na sociedade e no trabalho, buscando desmistificar que seja inválida e incapaz de responder por si e por suas ações, de aprender e desenvolver-se, podendo constituir-se como membro ativo da sociedade através do trabalho (ACADEVI, 1994; 1998; 2004). Isto vem ocorrendo através de debates internos com base no Materialismo Histórico-Dialético e na Psicologia Histórico-Cultural, por estudos relacionados à sociedade e suas contradições e usando a psicologia para compreender a psiquê do ser humano, que as pessoas cegas e com visão reduzida não têm comprometimento em suas faculdades intelectuais, mas as condições proporcionadas a eles determinarão suas aprendizagens e impulsionarão seu desenvolvimento.

Vigotski (2019) coloca que na falta de funcionamento ou defeito de algum órgão ocorre uma reorganização da psiquê, sendo necessário o estabelecimento de relações interpessoais e oportunidades para isto se efetivar. Expõe o processo da supercompensação que acontece quando surgem necessidades por parte do sujeito que o mobilizam, seja para realizar as atividades do dia a dia ou aquelas necessárias na escola e à socialização.

A consulta aos documentos da ACadevi, um conjunto de projetos, atas e relatórios de 1994 a 2022, foi solicitada aos membros do Conselho Deliberativo da entidade, obtendo-se a permissão. Importante registrar que esses chamados relatórios não foram publicados, mas são documentos internos que contêm sua história e são disponibilizados para consultas da comunidade.

Em relação ao posicionamento da ACadevi sobre a educação da pessoa cega cegas e com visão reduzida, defende que jamais devem deixar de serem transmitidos os conhecimentos científicos produzidos e acumulados pela humanidade, que são proporcionados aos alunos sem deficiência, muito menos serem reduzidos, mas efetuar as adaptações necessárias ao uso de tecnologias assistivas para apropriação dos conteúdos do currículo.

Na atuação da ACadevi, a criação do Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência se destaca:

A ACadevi, objetivando ampliar as lutas do segmento das pessoas com deficiência no município de Cascavel, participou com outras Entidades da proposição em 1994 para a constituição do Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência o que ocorreu em dezembro de 1995. Este Fórum, composto por entidades de e para pessoas com deficiência, iniciou debates sobre a garantia de trabalho, educação, cultura, esporte e lazer no município. O Fórum tem como uma das suas atividades, por exemplo, a elaboração de documentos de compromissos, para que os candidatos à prefeitura de Cascavel se comprometam e, posteriormente, o Fórum possa exigir o cumprimento destes compromissos firmados. (PÁDUA, 2018, p. 91 - 92).

Ainda, sua participação em outros espaços de discussões como no Programa de Educação Especial – PEE da Unioeste, e de Conselhos Municipais, como o de Saúde, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Assistência Social, na condição de entidade de defesa de direitos e de organização de usuários das políticas públicas, na Comissão de Acessibilidade do município. Os trabalhos de parceria da ACadevi com a universidade são constantes e

proporcionam significativos resultados na formação dos associados e da comunidade em geral, como na própria instituição de ensino superior.

Assim, pela própria atuação interna e por estar inserida nos movimentos sociais, a ACADEVI construiu como um espaço de resistência e luta contra o preconceito construído historicamente pela sociedade opressora, mantendo a perspectiva da conquista da autonomia da pessoa com deficiência e resistência aos limites determinados pelo atual modelo de sociedade de classes, como pode ser observado no texto de Carvalho, Rosa e Tureck (2008), sobre a entidade:

201

Na perspectiva de construir um movimento que atue na contracultura dos processos de internalização dos valores e da ideologia capitalista, um dos melhores espaços educativos de formação da militância é a participação nas lutas cotidianas que conseguem explicitar as contradições e os antagonismos das classes sociais. (CARVALHO; ROSA; TURECK, 2008, p. 143).

Na luta para a inserção e permanência da pessoa com deficiência visual em todos os espaços e construção de autonomia, a ACADEVI conta com a organização de eventos que possibilitam conscientização, autodeterminação, avaliação da situação imposta à pessoa com deficiência pela história na sociedade. Dentre suas atividades contínuas citam-se:

- Encontros Mensais dos associados, com temáticas definidas no encontro inicial de cada ano, desde 1994;
- Seminários de Cegos realizados a cada dois anos, desde 1997;
- Cursos de Formação Política para formação de dirigentes, a cada dois anos.

A ACADEVI durante a realização de seus eventos não deixa de considerar as várias concepções de mundo dos seus associados, com a pretensão de considerar estes múltiplos entendimentos como ponto de partida, e incluir teorias contestatórias da atual realidade, com temas relacionados ao cotidiano destes sujeitos. (PÁDUA, 2018, p. 90 - 91). "No entanto, é importante colocar que este processo não é simples e linear: os sujeitos trazem em sua constituição histórica e particular variadas concepções de mundo" (MONTEIRO, 2013, s/p *apud* PÁDUA, 2018, p. 89).

Outra proposição da ACADEVI, com a finalidade de ampliar sua organização para as lutas do segmento, foi o convênio firmado em 2000 com a Prefeitura Municipal de Cascavel, por meio do qual dois estagiários cegos ou com visão reduzida, estudantes do ensino superior, foram contratados pelo município e desenvolveram atividades na associação. Os estagiários têm como principal

tarefa a realização de visitas domiciliares a pessoas com deficiência visual, várias indicadas pelas Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social, visando orientar as formas mais adequadas de garantir a sua reabilitação e as convidam a participar das atividades desenvolvidas pela associação (PÁDUA, 2018).

O convênio citado ainda se encontra vigente e fortalece o associado em seu percurso acadêmico. As atividades ampliaram-se para o atendimento às pessoas com deficiência visual em busca de exercer direitos, como a emissão da carteira de passe livre, cadastros na Assistência Social, orientações sobre outros benefícios, além de organizar os encontros mensais, mobilizar os associados para participação em atividades diversas, principalmente naquelas de lutas do Fórum e do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Houve ampliação desse Convênio para estágios na Biblioteca Pública, na sala Braille, no Centro de Apoio Pedagógico às Pessoas com Cegas e com Visão Reduzida (CAP) municipal para atuar na adaptação de material para alunos cegos e com visão reduzida das séries iniciais do Ensino Fundamental, e mais um estagiário na ACADEVI.

Importante destacar que a associação, através de seu Conselho Deliberativo, realiza um processo de seleção para essas vagas de estágio, para o qual os associados acadêmicos se inscrevem e são, assim, sabatinados.

O INGRESSO NA UNIVERSIDADE E O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

O processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior teve início em 1996 com o ingresso de uma acadêmica com visão reduzida, sendo a ela disponibilizada a ampliação de textos nas provas do concurso vestibular. No ano seguinte, foi aprovado um aluno cego, o qual lutou juntamente com professores e o movimento social da ACADEVI pela criação do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais, comumente chamado de Programa de Educação Especial (PEE), que se deu em julho de 1997. O PEE foi criado com a função de promover as condições para a adaptação dos textos científicos e de materiais didáticos para as pessoas cegas e com baixa visão e no auxílio ao uso das tecnologias assistivas, incluindo ainda orientação aos docentes quanto às práticas pedagógicas. Tureck et al (2017) apresentam dessa forma o Programa:

O chamado cotidianamente de PEE – Programa de Educação Especial possui um colegiado do qual faz parte a Comunidade Externa, com representantes membros de Associações de Pessoas com Deficiência e dos serviços de Educação Especial da rede municipal e estadual de ensino, uma vez que a característica do PEE é a articulação com os movimentos sociais da área, com a Educação Básica e com a formação continuada de professores. Dentre seus objetivos, encontra-se primeiramente o provimento de condições de acesso e permanência das pessoas com deficiência ao ensino superior. Essa responsabilidade está manifesta na oferta de serviços que concretizam condições de acessibilidade ao conhecimento científico de acordo com os currículos dos cursos de graduação e de pós-graduação. (TURECK et al, 2017, p. 1315).

Como expõem Silva e Silva (2015):

[...] o PEE tem uma relação estreita com a organização social das pessoas com deficiência e com instituições da rede municipal e estadual de ensino, com vistas a definir diretrizes e desenvolver atividades que estejam em conformidade com as necessidades postas por essas categorias de pessoas. Essa articulação se desdobra em uma série de ações e políticas que vêm sendo desenvolvidas e implementadas no interior da Universidade. (SILVA e SILVA, 2015, p. 146).

Em relação aos apoios aos acadêmicos, há adaptação de materiais, uso de tecnologias assistivas, tradutores intérpretes de Libras, somando-se à acessibilidade nas aulas, onde a atuação junto aos docentes é fundamental, sendo realizada com descrito:

A presença de acadêmicos com deficiência na sala de aula requer um olhar diferenciado do Docente com base em conhecimentos que nem sempre ele possui. Para atender a essa especificidade, o PEE realiza reuniões com os docentes dos Colegiados de Cursos, expondo as formas de atendimento às necessidades especiais dos acadêmicos, as adaptações curriculares necessárias, as formas de avaliação e a dilação do tempo de provas, abrindo um canal de diálogo que se estende pelo período do Curso. (AUTOR et al, 2017, p. 1317).

Atividades significativas continuam, como a promoção de eventos científicos – Seminário do PEE a cada dois anos –, contribuição nos processos de formação continuada de professores das redes públicas de ensino, palestras e grupos de estudos. Na universidade, o PEE propõe e acompanha as constantes adequações de acessibilidade arquitetônica.

Em conjunto com discentes, profissionais do setor, membros externos e representantes da ACADEVI, o PEE organizou o “Manual de adaptação de textos” que visa a contribuir na adaptação de textos para os acadêmicos com deficiência visual, sendo o mesmo periodicamente atualizado.

Uma mudança importante deu-se nos últimos anos com a implantação da função de Docente para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), substituindo o técnico transcritor – leitor. Diante das dificuldades para contratar pessoal técnico, o PEE buscou na legislação as bases do AEE e estabeleceu uma discussão interna que recebeu apoio das instâncias superiores, alcançando a aprovação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE, com a regulamentação da função pela Resolução nº 005/2021 – CEPE, em 23 de março de 2021 (UNIOESTE, 2021).

Em 2022, foram criadas cotas para pessoas com deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação da Unioeste, em cumprimento à Lei estadual nº 20.443, de 18 de dezembro de 2020 (PARANÁ, 2020). O CEPE aprovou e regulamentou a aplicação dessas cotas na universidade através da Resolução nº 003/2022-CEPE, em 24 de março de 2022 (UNIOESTE, 2022).

Tais avanços não são isolados ou destituídos de fundamentos, pois a concepção vigotskiana da deficiência tem significado aos membros do PEE a necessidade de aprimorar seus procedimentos na visão de uma educação realmente inclusiva, particularmente em relação às suas crenças a respeito da identidade, da autonomia e das possibilidades de aprendizagem dos acadêmicos com deficiência, como se lê:

A relação com as pessoas com deficiência, a oferta e a organização de serviços citados aos acadêmicos com deficiência, bem como a avaliação dessas ações, desafiam os membros do Programa ao estudo e à pesquisa, o que resultou no conhecimento e aprofundamento da Psicologia Histórico Cultural, mais especificamente, nos “Fundamentos de Defectologia”, de autoria de Lev S. Vigotski, que se encontra no tomo cinco “Obras Completas” (VIGOTSKI, 1997), que reúne artigos do autor sobre a Educação Especial.

Os fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural em relação aos processos de aprendizagem e de desenvolvimento superam a visão biológica tradicional. Particularmente em relação à deficiência, ocorre uma mudança completa de concepção que conduz a práticas sociais e pedagógicas anteriormente não concebidas, isto porque o enfoque místico e biológico colocava incapacidade nas pessoas, sendo fatalista e determinista em relação ao futuro das pessoas com deficiência.

.....

Avançar com a visão vigotskiana da deficiência tem significado aos membros do PEE a necessidade de aprimorar seus procedimentos na visão de uma educação realmente inclusiva, particularmente em relação às suas crenças a respeito da identidade, da autonomia e das possibilidades de aprendizagem dos acadêmicos com deficiência. (TURECK, 2017, p. 1316).

Os estudos dos Fundamentos de Defectologia resultaram na sua tradução do espanhol e publicação impressa e em e-book, este disponível no sítio da Editora da Unioeste – EDUNIOESTE.

As reflexões e atividades no PEE desenvolveram-se ao longo dos 25 anos, que se completaram no ano de 2022, para efetivar a inclusão no mundo acadêmico, no trabalho, na sociedade, destacando-se um processo de colaboração entre os que lutam contra a segregação e a favor da permanência do aluno com deficiência na educação básica e no ensino superior e, também, ao acesso ao trabalho de maneira plena.

Registra-se um crescimento do número de ingressantes nos últimos vinte e cinco anos, em graduações e em pós-graduações, como mestrado e doutorado, principalmente na área da educação, com Pedagogia, Letras, Ciências Sociais, Filosofia, ainda no Mestrado e Doutorado em Educação e Doutorado em Filosofia, na área da saúde com Enfermagem e Fisioterapia, nas exatas com Ciência da Computação, nas sociais aplicadas com Administração e Direito. Mas ainda não é a maioria das pessoas com deficiência que tem acesso a este ensino.

Pensando nisto, pode-se observar que existem várias pessoas com deficiência com qualificações acadêmicas, mas infelizmente poucas pessoas estão empregadas e as que trabalham geralmente são servidores públicos que ingressaram por meio de concursos, no âmbito federal, estadual e municipal.

Discussões realizadas durante as aulas do Mestrado em Educação - linha de pesquisa História da Educação, na Unioeste, campus de Cascavel, possibilitaram diversas reflexões e análises sobre como se encontra o ensino fundamental, médio e superior no Brasil, bem como a percepção de que as relações econômicas vêm se demonstrando cada vez mais responsáveis pela exclusão da classe trabalhadora do direito ao conhecimento científico ao longo da história. Isto permitiu uma análise do contexto atual, bem como a participação no movimento de pessoas com deficiência visual, como a ACADÉVI, que contribui para que seus associados possam ter acesso a leituras e discussões em defesa e garantia dos direitos da classe trabalhadora.

Favoretto (2008) expõe uma análise sobre a educação e escola:

[...] podemos afirmar que, para Marx, a escola ou o acesso ao conhecimento não produziria a igualdade e nem determinaria o processo revolucionário. Para ele, as condições de igualdade social residiam no desenvolvimento do processo produtivo e as classes sociais e o conhecimento seriam partes integrantes desse processo. Neste sentido, por mais que Marx pensasse o processo histórico na perspectiva de luta de classes, no que se refere à escola, a preocupação não era sua adesão à classe operária. Também no caso do ensino politécnico, Marx o considerava como o mais adequado às condições de liberdade humana que o desenvolvimento industrial havia gerado. Deste modo, sem se apoiar na escola como elemento transformador, Marx entendia que a educação escolar seria eficiente para a combinação da formação intelectual, física e teórica com o trabalho. (FAVORETO, 2008, p. 40).

A escola não tem o papel de formar sujeitos revolucionários e nem intelectuais, mas pode oferecer os conhecimentos científicos que ao longo do processo contribuem, em conjunto com a participação em movimentos que tem o objetivo de lutar em conjunto com os trabalhadores, para sua emancipação.

E são as lutas que impulsionam mudanças favoráveis como a realizada pelo Fórum de Educação Especial das Instituições de Estaduais de Ensino Superior do Paraná, em 2016, para que o Conselho Estadual de Educação - CEE/PR incluísse o Ensino Superior quando aprovou “Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná” pela Deliberação nº 02/2016. No documento encontra-se explícita a inclusão no Ensino Superior e os procedimentos pedagógicos e administrativos necessários:

Art. 5º A Educação Especial, modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica e da **Educação Superior**, tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes no processo educacional, considerando suas necessidades específicas. (PARANÁ, 2016).

Com essa explicitação, as Universidades Estaduais conseguiram mais um dispositivo legal para reivindicar junto ao governo as condições para a oferta do AEE em seus programas de inclusão. É mais uma situação a exigir a luta para que a inclusão no ensino superior seja efetivamente realizada e com qualidade.

Uma formação em nível superior, que visa a colaborar para que os sujeitos possam adquirir senso crítico, contribuindo para sua autonomia e, consequentemente, participando de grupos, associações, sindicatos, entre outros

movimentos cujos objetivos são a luta por educação, trabalho, alimentação, habitação, lazer... A classe trabalhadora tem seus conhecimentos e experiências mais profundas sobre a sociedade e a história, assim, possibilitando uma melhor análise dos fatos e contexto de cada época.

Pádua (2018) coloca em sua dissertação um quadro com informações que permitem constatar o quanto as pessoas que participaram ou participam da ACADEVI concluíram o ensino superior e se profissionalizaram, alcançando uma vida autônoma, mas que esbarram ainda na ausência de acessibilidade e nas concepções que a sociedade construiu acerca das pessoas com algum tipo de deficiência.

207

O QUE DIZEM AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL SOBRE A ACADEVI E SOBRE CURSAR O ENSINO SUPERIOR

O tema central do estudo foi identificar a relação da ACADEVI, enquanto movimento social, com a trajetória acadêmica de estudantes com deficiência visual na aquisição do conhecimento científico, analisando a educação especial, materializada na educação inclusiva, pelo AEE, como contribuição para o ingresso e permanência de estudantes cegos ou com visão reduzida no ensino superior.

Portanto, a pesquisa empírica buscou a reflexão sobre quais avanços podem ser percebidos e analisados a partir do que as pessoas cegas ou com visão reduzida escreveram, através das respostas ao questionário aplicado, sobre seu percurso de estudos até a graduação e a pós-graduação, com a participação na ACADEVI. Participaram 16 pessoas, sendo 7 mulheres e 9 homens, com idade entre 19 e 49 anos, 11 cegos e 5 com visão reduzida, graduados ou acadêmicos que cursaram ou cursam ensino superior nas cidades de Cascavel e Toledo (PR), nas décadas de 1990 a 2020.

A escolha dessas cidades justifica-se pela presença da Unioeste, com o PEE, o qual apoia acadêmicos com deficiência, e da atuação da ACADEVI em ambas, sendo em Toledo na colaboração com a Associação de Deficientes Visuais de Toledo (ADVT). Ainda, nesses municípios há outras instituições de ensino superior, privadas e públicas, onde também associados da ACADEVI podem ter

estudado. Importa registrar que as pessoas com deficiência visual referidas são membros da ACADEVI quando já estavam na universidade.

O apoio pedagógico recebido no ensino supletivo, cursado com vistas a adentrar ao ensino superior, foi indicado como ampliação de textos, digitalização de materiais pedagógicos, textos obrigatórios e complementares, disponibilização de computadores com o sistema DOSVOX para as provas e demais atividades, quando necessário.

Em relação às tecnologias assistivas, no ensino superior, dos *softwares* mais utilizados pelas pessoas com deficiência visual destacou-se o sistema DOSVOX, que é utilizado por 15 pessoas, pelas suas diversas funções, como editor de textos, leitura, acesso aos e-mails e a internet para pesquisas, dentre outras ações existentes, citando a importância do ingresso na ACADEVI, que estimulou ampliar os conhecimentos em relação aos *softwares*, para a construção de atas, relatórios e projetos.

No relato das dificuldades para estudarem, os acessos aos materiais e aos sítios e portais inacessíveis tornam frustrante as buscas, que acabam necessitando de auxílio de outras pessoas. Os sujeitos colocaram em suas respostas que, por várias vezes, emprestaram reglete, punções, máquinas Braille, entre outros materiais. Celulares, Notebooks, Multiplano, Linha Braille são alguns equipamentos importantes de informática acessível para o público com deficiência visual, todavia possuem custo elevado, considerando que a maioria das pessoas com deficiência é da classe trabalhadora e sobrevive, muitas vezes, em condições precárias.

Observou-se que quando as condições para a permanência do acadêmico atendem às suas necessidades, possibilitam a aquisição do conhecimento, todavia essas condições são construídas e não simplesmente concedidas, pois foi destacada a atuação coletiva das pessoas com deficiência nas lutas para o alcance da acessibilidade necessária.

Como Vigotski (2019) preconizava, isto se torna verídico, como se verifica nas respostas recebidas e nos conteúdos e participações das pessoas com deficiência nos eventos da ACADEVI, registrados nos relatórios da entidade, demonstrando resultados de relações sociais estabelecidas. Evangelista (2012, p. 56) expõe que “Trabalhar com eles [documentos] supõe, portanto, considerá-los resultado de práticas sociais e expressão da consciência humana possível em um dado momento histórico”.

Nas respostas dos participantes, pôde-se observar que a frase "Nada sobre nós sem nós", mencionada na Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, em 2007, referindo-se à participação das pessoas com deficiência, e como o acesso à educação e aos movimentos sociais podem ampliar as lutas e tornar próximo do posicionamento coletivo, fazendo real a frase colocada por Vigotski (2019): "A palavra vence a cegueira"! Pois, para participar, importa ampliar as relações sociais,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do entendimento de que a pessoa com e sem deficiência deve ter acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, inclusive nos níveis mais elevados de ensino, o estudo teve como objetivo analisar como a participação em movimentos de pessoas com deficiência visual, como a ACADEVI, pode contribuir e ampliar as possibilidades de formação social, política e de conhecimento de si próprio e construção de sua autonomia, possibilitando o acesso e a permanência no ensino superior.

A ACADEVI atua em conjunto com outras entidades que lutam contra a segregação das pessoas com deficiência. Assim, busca espaços para debater acerca da garantia dos direitos, permitindo que as próprias pessoas com deficiência falem de suas lutas, para se inserir na educação, no trabalho, lazer, constituir e prover sua família, participarativamente da sociedade sem serem rotuladas como pessoas inválidas.

Os documentos, como projetos, atas e relatórios produzidos a partir de eventos promovidos, com as temáticas, propostas e moções voltados à defesa e ampliação de direitos, possibilitaram compreender os objetivos da entidade e as angústias que vem pautando os diálogos e as batalhas contra a segregação e exclusão.

Como colocado acima, as visitas feitas pela ACADEVI às pessoas com deficiência visual, muitos isolados na própria família e fora da escola, têm sido primordiais no desenvolvimento delas; nesta região do Paraná estes resultados são visíveis, mas ainda existem as que estão na sombra do abandono.

Um elemento da prática social da ACADEVI, que se destaca no decorrer das atividades, seja nos Seminários, Encontros mensais ou Cursos de Formação Política, é a escolha das temáticas, que no início eram mais amplas, sobre as

políticas que estavam se estabelecendo, passando a ter foco mais direto sobre questões vivenciadas, nas abordagens da educação, trabalho, assistência social, cultura, análise de conjuntura.

Observou-se que, nos primeiros eventos da entidade, os palestrantes convidados eram professores de universidades, servidores públicos de secretarias e serviços relacionados com as políticas públicas em debate. Nos eventos dos últimos anos, é marcante a participação dos próprios associados da ACADEVI como palestrantes e compondo mesas de trabalho.

Essas constatações confirmam as hipóteses levantadas para essa pesquisa, porque o acesso, a permanência e a continuidade nos estudos foram possíveis com os fatores decisivos: a ACADEVI cumpriu seus objetivos no sentido de proporcionar condições para que as pessoas com deficiência visual, que a ela se associam e participam das diversas atividades, pudessem se apropriar de conhecimentos e da experiência das demais pessoas de convívio, sendo estimulados a estudar, a trabalhar, tendo o apoio do coletivo nas lutas necessárias; por sua vez, os apoios da SRM com o AEE, na educação básica, e o PEE no ensino superior, proporcionaram os suportes necessários às atividades acadêmicas.

Com essa perspectiva que o estudo trouxe os relatos dos sujeitos que responderam ao questionário, assim como os conteúdos encontrados nos vários documentos da ACADEVI, que marcam suas atividades e suas influências na formação humana de seus associados cegos ou com visão reduzida e de outras pessoas que foram partícipes de sua trajetória.

São inúmeras as pessoas com deficiência visual que chegam ao ensino superior neste Estado, já que a super compensação tem demonstrado, na teoria, o que vivenciam: “as possibilidades ilimitadas para a aprendizagem e desenvolvimento de pessoas com deficiência, que as levam a galgar altos níveis de escolarização, tornando-se não só graduados, como mestres e doutores” (ZANETTI, 2017, p. 248 - 249).

Apesar de o Estado brasileiro ter assumido a educação inclusiva como política educacional, ter definido a sua fundamentação legal, a educação inclusiva ser debatida em seminários e congressos, a realidade mostra que a inclusão não foi efetivada amplamente. Inclusão escolar não significa somente colocar uma pessoa com deficiência na escola, mas providenciar as condições pedagógicas e materiais, psicológicas e formação dos profissionais da educação para o pleno

desenvolvimento dessa política e a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com deficiência. O Programa de Educação Especial da Unioeste vem realizando ações inclusivas, num processo que exige avaliação contínua, manifestas nos avanços alcançados pelos acadêmicos cegos e com visão reduzida que nela ingressaram e concluíram seus estudos acadêmicos.

As lutas organizadas pelos movimentos das próprias pessoas com deficiência pela garantia dos seus direitos à educação, pela formação humana, como as da ACADEVI, em conjunto com a Unioeste, são importantes e se fazem necessárias, inclusive já demonstraram que conquistas foram alcançadas não somente por meios individuais e diálogos, mas pelas lutas coletivas amplas e aguerridas, que precisam ser mantidas e ampliadas.

REFERÊNCIAS

ACADEVI. **Estatutos**. Cascavel, PR: Cartório Marchezini - Ofício de Registro de Títulos e Documentos, 1994; 1998; 2004.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em: 10 jul. 2022.

CARVALHO, Alfredo Roberto de; ROSA, Enio da; TURECK, Lucia Terezinha Zanato. Contribuições da ACADEVI para a Educação das Pessoas Cegas e com Visão Reduzida do Município de Cascavel. In: ORSO, Paulino José, (Org.). et al. **Educação e História Regional**: os desafios de sua reconstrução. Cascavel, PR: Coluna do Saber, 2008. p. 133-150.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, Ronaldo M. L.; RODRIGUES, Doriedson S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. 1 ed. Campinas-SP: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.

FAVORETO, Aparecida. **Marxismo e educação no Brasil (1922-1935)**: o discurso do PCB e de seus intelectuais. Doutorado (tese). Programa de Pós-Graduação em Educação. UFPR, Curitiba, 2008.

IACONO, Jane Peruzzo et al. Atendimento Educacional Especializado - AEE no ensino superior: criação da função transcritor-ledor. 6º Congresso Brasileiro de Educação Especial, UFSCar, 2014. *Anais...* UFSCar, São Carlos, SP. 1 a 4 de novembro de 2014.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

PÁDUA, Ivã José de. **O papel dos movimentos sociais das pessoas com deficiência na efetivação de políticas educacionais de acesso ao ensino superior na UNIOESTE.** 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, 2018.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 02, de 20 de setembro de 2016.** Dispõe sobre Normas para a Modalidade de Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2016/Del_02_16.pdf Acesso em: 2 jun. 2021.

212

PARANÁ. **Lei nº 20.443, de 18 de dezembro de 2020.** Institui cotas para pessoas com deficiência nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação das Universidades Estaduais. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-20443-2020-parana-dispoe-sobre-o-ingresso-de-pessoas-portadoras-de-deficiencia-nas-instituicoes-estaduais-de-educacao-superior-e-instituicoes-estaduais-de-ensino-tecnico> Acesso em: 2 jun. 2021.

SILVA, Vera Lucia Ruiz Rodrigues da. SILVA, Dorisvaldo Rodrigues da. Gestão pública quanto ao acesso das pessoas com deficiência na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. In: Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) (Org). **Pessoa com deficiência, educação e trabalho:** reflexões críticas. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2015. (p. 145 - 168).

SILVEIRA BUENO, José Geraldo. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC, 1993.

TURECK, Lucia Terezinha Zanato. **Deficiência, educação e possibilidades de sucesso escolar:** um estudo de alunos com deficiência visual. 2003. 118 f. Dissertação (Mestrado). Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2003.

TURECK, L. T. Z. et al. Programa de Educação Especial da Unioeste: vinte anos em atuação. XVII Seminário de Extensão Universitária: Extensão Universitária: seu papel transformador. **Anais...** Cascavel, PR, 17 e 18 de novembro de 2017. p. 1313 – 1321.

UNIOESTE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 005, de 23 de março de 2021.** Aprova o Regulamento da função de docente para Atendimento Educacional Especializado –AEE, aos discentes da Unioeste.

UNIOESTE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 003, de 24 de março de 2022.** Assegura vagas para Pessoas com Deficiência nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, da Unioeste, a partir do ano letivo de 2022.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Obras Completas** - Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón. - Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2019. 488 p.

ZANETTI, Patrícia da Silva. **Uma análise das políticas educacionais para as pessoas com deficiência visual no Estado do Paraná.** 2017. 258 f.
Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.